



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO-CIÊNCIAS DA
NATUREZA**

**A OFERTA DE ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CAMPO: NUCLEAÇÃO,
SISTEMA MODULAR E MULTISSÉRIE DO 6º AO 9º ANO (POLO), A REALIDADE
DA ESCOLA MONTEIRO LOBATO**

LANA LETICIA NASCIMENTO DA SILVA

Altamira-PA

2019

LANA LETICIA NASCIMENTO DA SILVA

**A OFERTA DE ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CAMPO: NUCLEAÇÃO,
SISTEMA MODULAR E MULTISSÉRIE DO 6° AO 9° ANO (POLO), A REALIDADE
DA ESCOLA MONTEIRO LOBATO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Educação do campo-Ciências da Natureza, da Faculdade de Etnodiversidade, da Universidade Federal do Pará, como requisito de obtenção do grau de licenciado em Educação do Campo.

Altamira-PA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N244o NASCIMENTO DA SILVA, LANA LETICIA
A OFERTA DE ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA
NO CAMPO: NUCLEAÇÃO, SISTEMA MODULAR E
MULTISSÉRIE DO 6º AO 9º ANO (POLO), A
REALIDADE DA ESCOLA MONTEIRO LOBATO /
LANA LETICIA NASCIMENTO DA SILVA. — 2019.
VIII, 42 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. MSc. Fabiola Aparecida
Ferreira Damacena
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Faculdade de Ciências Biológicas, Campus Universitário
de Altamira, Universidade Federal do Pará, Altamira,
2019.

1. POLARIZAÇÃO E NUCLEAÇÃO. 2. OFERTA
DA EDUCAÇÃO BÁSICA. I. Título.

CDD 500.1

Lana Leticia Nascimento da Silva

**A OFERTA DE ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CAMPO: NUCLEAÇÃO,
SISTEMA MODULAR E MULTISSÉRIE DO 6º AO 9º ANO (POLO), A REALIDADE
DA ESCOLA MONTEIRO LOBATO**

Defesa pública em: 28/06/2019

Conceito: _____

Banca Examinadora:

Orientador (a): Prof. Ms. Fabiola Aparecida Ferreira Damacena

Prof. Dr. Irlanda do Socorro de Oliveira Mileo

Prof. Dr. Mário José Hechen

Dedico esse trabalho à minha família, ao curso de educação do campo, a todos os movimentos sociais que lutam em prol de uma educação digna e de qualidade para as populações camponesas.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me conceder saúde, proteção e muita inteligência.

A família da Rosilda, do Giovanni, do Zezinho, do seu Ivan, da tia Miguelina, da dona Lúcia Ramos, seu Círio Ramos, da dona Caetana e da dona Valdeci, OBRIGADA !
O acolhimento de vocês foi essencial para que eu conseguisse estudar.

Ao Arthur pelo amor, carinho, alegria, sinceridade, cumplicidade e por me dar forças.

A minha mãe linda, que nunca mediu esforços para que eu conseguisse estudar, apesar do sofrimento por causa da distância quando eu precisava morar com outras famílias porque na comunidade não tinha escola e por ter me apresentado ao curso.

Ao meu esposo lindo pelo amor por me incentivar a estudar e pela compreensão.

Ao meu pai pelo carinho e ao meu irmão pela parceria, e por cuidarem do Arthur quando eu estava no curso e minha mãe trabalhando.

A minha sogra guerreira por me estimular e dar forças.

As minhas amigas que me conquistaram durante o curso Fran, Cacau, Gracilia, Fabi, Rose e a todos os colegas pela vivência durante esse período.

Aos professores do curso de educação do campo em especial a Fabíola Damacena pelo carinho, atenção, paciência por ser tão comprometida com seus alunos e com o curso de educação do campo.

Aos camponeses do Virola Jatobá por estarem disponíveis e me ajudar a desenvolver as pesquisas dos Tempos Comunidade e o trabalho de conclusão de curso.

Resumo

Este trabalho tem por objetivo entender como funciona a oferta da educação básica no município de Anapu Estado do Pará, para o ensino fundamental do 6º ao 9º ano (Polo) e saber qual a importância deste para as comunidades que têm esse sistema de ensino incorporado em suas escolas do campo, refletir acerca das dificuldades encontradas pelos educadores e demais profissionais que trabalham no Polo, pelos educandos e suas famílias, analisar o processo de ensino e aprendizagem, e pontuar as vantagens e desvantagens do mesmo, verificar os desafios e possibilidades do processo de nucleação de escolas do campo no município. Essa pesquisa se deu através de levantamentos de dados realizados durante os Tempos Comunidade, do curso de Educação do Campo, através de relatórios de estágios, uma pesquisa de campo realizada na escola Monteiro Lobato, no PDS Virola Jatobá. Para a efetivação do trabalho foi feita ainda observações na escola, entrevistas com professores, alunos, pais de alunos, líder comunitário, coordenador pedagógico e gestor das escolas do campo. A participação dos gestores, coordenadores, professores, pais, alunos e as lideranças das localidades no planejamento e organização das políticas educacionais é indispensável para que seja alcançado sucesso na educação.

Palavras-chave: Educação do Campo. Nucleação. Polo. Educação Básica.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Escola Monteiro Lobato	29
Figura 2 - Construção estagnada da E. Monteiro Lobato	30
Figura 3 - E. Monteiro Lobato, sala de aula (Polo).....	40
Figura 4 - Reunião realizada dia 27 de maio de 2019, na E. Alyria Prates.	44
Figura 5 - Reunião realizada dia 27 de maio de 2019, na E. Alyria Prates.	44
Figura 6 - Resultados da reunião (ata da SEMED).....	46
Figura 7 - Assinatura dos participantes da reunião.....	47

Sumário

Introdução.....	10
1 Organização e oferta da educação básica nas escolas do campo.....	12
1.1 Caminhos da pesquisa	15
2 Escola Monteiro Lobato: as iniciativas dos camponeses para terem escolas na comunidade.....	17
3 A realidade da educação básica do 6° ao 9° ano, sistema modular e multissérie (Polo) na escola Monteiro Lobato.....	21
4 Projeto de nucleação para as escolas do campo no município de Anapu	30
Considerações finais	37
Referências.....	40

Introdução

A pesquisa elaborada teve por finalidade entender como se dá a organização e oferta do sistema de ensino na educação básica do 6º ao 9º ano a partir dos processos de multissérie, sistema modular e nucleação na escola Monteiro Lobato situada no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Virola Jatobá no município de Anapu, Pará.

O interesse em estudar essa oferta de ensino surgiu durante a realização dos estágios supervisionados, que foram quatro no total, sendo que dois deles foram realizados no sistema Polo, durante os Tempos Comunidade (TC), na comunidade Rio Areia e no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Virola Jatobá, em que foi desenvolvida a pesquisa para a monografia, no período em que estava cursando a Licenciatura em Educação do Campo.

Muitos trabalhos já foram realizados acerca das classes multisseriadas e do sistema modular, mas a maioria é destinada ao ensino fundamental menor do 1º ao 5º ano e do ensino médio, respectivamente, no município a maioria das escolas do campo do 6º ao 9º ano apresenta o Polo como oferta de ensino. Pela falta de pesquisas realizadas acerca do que é o sistema Polo e como ele está organizado, caracteriza a importância dessa pesquisa para descrever como funciona o sistema e pontuar as vantagens e desvantagens do mesmo nas escolas básicas do campo.

Durante a realização dos estágios supervisionados foi notável que a aprendizagem dos alunos não é significativa, partindo dessa percepção há a necessidade de apresentar as dificuldades encontradas no sistema ofertado a partir do olhar dos professores e demais atores das escolas Polo e analisar o processo de ensino e aprendizagem que ocorre nessa organização para elencar os possíveis problemas que acarretam essa situação.

No decorrer do trabalho a E. M. E. F. Monteiro Lobato que estava sendo lócus da pesquisa teve a sala de aula que funcionava o Polo fechada. Esse processo de nucleação está ocorrendo em várias regiões do país é uma iniciativa das Secretarias Municipais de Educação com o discurso de melhorar a qualidade da oferta de ensino. Para alcançar os objetivos estabelecidos neste trabalho usou-se como estratégias metodológicas a pesquisa bibliográfica, levantamento documental, pesquisa de campo por meio de entrevistas semiestruturadas, observação em sala

de aula. Ao todo foram entrevistadas quinze pessoas entre alunos, professores, pais, líder comunitário, coordenador pedagógico e gestor das escolas do campo.

Para subsidiar as pesquisas foram trazidas discursões baseada nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN), Constituição Federal de 1988, Projeto de Nucleação elaborado pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), nas abordagens de Hage, e outros citados ao longo deste trabalho.

O trabalho está dividido em três partes principais a primeira faz um apanhado sobre a organização e oferta da educação básica nas escolas do campo, e um detalhamento sobre a metodologia utilizada na pesquisa.

A segunda parte evidencia as iniciativas dos camponeses do assentamento em busca de conseguir escolas para a comunidade, faz um relato sobre a história da escola Monteiro Lobato e descreve a oferta de ensino ofertada para ensino fundamental maior a partir das narrativas dos principais envolvidos nesse sistema de educação.

A terceira parte versa sobre os desafios e possibilidades do sistema Polo na escola campo de pesquisa e fazer uma análise sobre o projeto de nucleação elaborado pela secretaria de educação para ser implantado nas comunidades com a justificativa de melhorar a qualidade de ensino das escolas e por fim as considerações finais apresentando os resultados e reflexões sobre os objetivos do trabalho.

Essas características, que demonstram a diversidade sociocultural, educacional e territorial dos assentamentos devem fazer parte dos processos de planejamento, organização das políticas educacionais, com a participação dos gestores, coordenadores, professores, pais, alunos e as lideranças das localidades para que seja alcançado sucesso na educação.

Essa monografia foi elaborada para levantar informações sobre o sistema Polo o principal sistema de educação ofertado para o ensino fundamental do 6º ao 9º ano nas escolas do campo. Essa pesquisa pode contribuir nos estudos educacionais sobre as escolas do campo por conter informações importantes para pais, líderes comunitários, professores, alunos, gestores municipais e para todas as pessoas que se interessam pelas questões que envolvem a educação básica

1. Organização e oferta da educação básica nas escolas do campo em Anapu

Para Cury (2008), educação básica é um conceito adiantado e inovador para o Brasil, no alcance em que se estabeleceu oriunda das reivindicações dos movimentos sociais, em meio a conflitos e dificuldades enfrentadas por estes, ao mesmo tempo em que se tornava um bem público e ampliava o campo dos direitos. “Compreendida assim, a educação básica necessita de políticas de universalização para se tornar efetivamente um direito de todos, inclusive dos povos do campo” (CAMPOS e OLIVEIRA, 2012, pag. 240)

É dever do Estado desenvolver as políticas públicas para as áreas urbanas e para o campo sem discriminação respeitando as particularidades de cada lugar. Porém o campo sempre foi marginalizado visto como um espaço atrasado e habitado por pessoas ignorantes, essa marginalização fez com que as populações do campo: ribeirinhos, agricultores, quilombolas, indígenas e outros, organizados através de associações, sindicatos, igrejas e outros movimentos sociais se mobilizassem para resistirem às opressões, lutar para conseguir direitos de educação, saúde, transporte, alimentação, moradia e etc. De acordo com o pensamento de HADDAD, 2012:

A educação escolar é base constitutiva na formação das pessoas, assim como as auxilia na defesa e na promoção de outros direitos. Por isso, também é chamada um direito de síntese, porque, ao mesmo tempo em que é um fim em si mesma, ela possibilita e potencializa a garantia de outros direitos, tanto no sentido de exigí-los quanto no de desfrutá-los – atualmente, uma pessoa que nunca frequentou a escola tem maiores dificuldades em realizar o direito ao trabalho, por exemplo. (pag. 217).

Assim, educação é primordial para sustentar as lutas desses povos, pois o conhecimento é libertador e a informação é de suma importância para se resistir às injustiças impostas para as populações menos favorecidas e lutar por direitos que são amparados que são para todos, mas que poucos usufruem destes; para o autor a educação é a base para conseguirmos conquistar todos os outros direitos.

A escolarização foi negada por muito tempo aos camponeses com a desculpa de que para se desenvolver as atividades do campo esses sujeitos não precisavam desses conhecimentos. “No campo brasileiro, essa realidade foi e é ainda mais dolorosa, fruto de muito preconceito; a visão de que os trabalhadores não precisam de estudo ainda é muito forte, projetando uma referência de vida, as cidades”. (Pavani e Andreis, 2017, pag. 03).

Diante da necessidade de mão-de-obra para o processo de industrialização no Brasil e o desencadeamento do êxodo rural é que o governo decidiu ampliar a oferta do ensino básico para as populações do campo porque estas seriam empregadas nas fábricas e precisariam ao menos saber ler e escrever. Para PAVANI e ANDREIS (2017, pag. 03) “observa-se, assim, a necessidade de se ampliar a oferta da Educação Básica também para as crianças que viviam no campo, pois seriam elas os operários das fábricas nos grandes centros urbanos brasileiros”. Então de acordo com as autoras a oferta da educação básica está diretamente ligada com o sistema capitalista.

Com a Constituição Federal de 1988, tem-se a consagração dos sistemas municipais, dando-lhes espaços próprios nas estruturas dos sistemas de ensino (BRASIL, 1988). O artigo 18 dessa Lei estabelece que:

A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, o Distrito Federal os Estados e os municípios todos autônomos, nos termos desta constituição.

Organizar o Sistema Municipal de Ensino (SME) proporcionou as bases para a implantação da descentralização político-administrativa e autonomia municipal que a partir de sua realidade pudesse guiar seus próprios rumos em colaboração com as demais esferas administrativas. (SANTOS e PAZ, 2012.).

De acordo com a LDB-Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), os municípios tem a liberdade de criar seu próprio Sistema Municipal de Ensino, registrado no artigo 8º “A União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios organizarão em regime de colaboração os respectivos Sistemas de Ensino”.

As duas leis já mencionadas destacam as possibilidades dos municípios poderem organizar seus próprios Sistemas Municipais de Ensino oferecendo uma educação básica da pré-escola ao ensino fundamental, podendo organizar os mesmos da melhor maneira de acordo com as realidades dos municípios enfatizada ainda pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional:

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

Assim sendo a educação básica encontra-se ofertada de várias maneiras em alternância, sistema encontrado principalmente em escolas agrícolas ou casas familiares rurais e turmas seriadas mais comumente encontradas nas áreas urbanas

ou mais populosas de uma comunidade, as classes multisseriadas encontra-se mais ou sempre em escolas do campo, tal qual o sistema modular. E outras formas citadas pela Lei, as ofertas variam de acordo com as características de cada região.

Todas as formas de organizações citadas acima são encontradas na região de Anapu município do Estado do Pará. A pedagogia da alternância na Casa Familiar Rural Dorothy Stang, as turmas seriadas são encontradas na área urbana do município, as classes multisseriadas são encontradas nas escolas do campo assim como o sistema modular ofertado também nas escolas do campo encontrado em turmas do 6º ao 9º multisseriado, denominado de Polo.

Depois da aprovação da LDB-Lei nº 9.394/96 houve uma ampliação na oferta da educação básica para o campo, Haddad (2012) explica em relação ao aumento da oferta “No entanto, tal movimento foi realizado sem conseguir garantir qualidade e universalidade na oferta e, principalmente, sem criar as condições necessárias para fazer da educação um forte instrumento de justiça social”.

A qualidade da oferta do ensino não mudou no município de Anapu, Em 2015, de acordo com o *site* do IBGE (2019) os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 4.1 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 3.3. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 64 de 144. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 94 de 144.

Encontra-se nas escolas do campo do município: as classes da pré-escola ao 5º ano multisseriadas, ou seja, sete níveis de aprendizagem em uma única sala, os prédios simples sem o mínimo conforto às vezes só com cobertura sem paredes, com merenda escolar pingada algumas vezes durante o ano, professores sem formação adequada, falta de materiais didáticos e outros problemas encontrados. Essa realidade contradiz o que afirma o autor a seguir:

O reconhecimento do direito à educação implica que sua oferta deve ser garantida para todas as pessoas. A equidade educativa significa igualar as oportunidades para que todas as pessoas possam ter acesso, permanecer e concluir a educação básica e, ao mesmo tempo, desfrutem de um ensino de alta qualidade, independentemente de sua origem étnica, racial, social ou geográfica. (HADDAD, 2012, pag. 219).

Retomando a fala do autor quando diz que os alunos devem dispor de ensino de alta qualidade, para que isso ocorra é necessário que uma série de medidas sejam tomadas, os alunos precisam de um ambiente que seja acolhedor, aconchegante e confortável assim como é nossa casa, para que eles queiram

permanecer na escola, de ofertas de ensino que sejam eficazes para construir o saber, de alimentação adequada e saborosa para nutrir o alunos, de professores comprometidos e formados para atuarem nas escolas do campo, de preferência que sejam das próprias comunidades porque esses conhecem a realidade dos educandos e da comunidade, de materiais didáticos e atraentes para contribuir com o processo de aprendizagem.

1.1 Caminhos da pesquisa

Pelo fato de o curso de licenciatura em educação do campo ser estruturado na pedagogia da alternância, as atividades curriculares são desenvolvidas em duas etapas de formação e ambientes diferentes: Tempo-Universidade (TU) que é desenvolvido na sala de aula juntamente com os professores e estudos das disciplinas; Tempo-Comunidade (TC) que é desenvolvido na comunidade a partir de pesquisas feitas nas mesmas e onde são realizados os estágios supervisionados, os dados das pesquisas são estruturados em forma de relatórios e socializados nos seminários de Tempo Comunidade, disciplina do curso na qual são apresentados os relatórios dos discentes.

A partir das pesquisas desenvolvidas durante os Tempos-Comunidade, observei como é realizada a oferta de ensino na comunidade Virola Jatobá e partindo da certeza de como essas formas de organizações estão diretamente ligadas com o processo de ensino e aprendizagem surgiu o interesse em pesquisar o ensino fundamental do 6º ao 9º ano disposto no sistema modular e multisseriado, chamado de Polo na comunidade, devido à falta de pesquisas realizadas acerca dessa etapa do ensino organizada nesse modelo.

O caminho metodológico representa a seleção de procedimentos usados para alcançar a descrição do sistema de ensino ofertado em estudo, referente ao sistema modular de ensino do 6º ao 9º ano muito usado nas escolas do campo no município de Anapu. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa onde foi realizada uma pesquisa de campo na Escola Municipal de Ensino Fundamental Monteiro Lobato, esta foi escolhida, por ter sido a mais pesquisada durante os TC, pelo fácil acesso por está próximo a minha residência. Para a pesquisa de campo exploratória “uma variedade de procedimentos de coleta de dados pode ser utilizada, como entrevista, observação participante, análise de conteúdo etc.,” segundo LAKATOS e MARCONI (2003, pag. 188).

Para a realização do trabalho foram realizadas observações em sala de aula e entrevistas, foram usados dados coletados durante os Tempos Comunidades para ampliar a riqueza de informações da pesquisa e foi analisado um projeto de nucleação elaborado pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) para ser aprovado pelo Conselho Municipal. LAKATOS e MARCONI relatam a importância da observação como ferramenta de pesquisa

É um elemento básico de investigação científica, utilizado na pesquisa de campo e se constitui na técnica fundamental da Antropologia. A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. Desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade. É o ponto de partida da investigação social. (2003, pag. 191).

A falta de pesquisas realizadas sobre o ensino fundamental maior oferecido no sistema modular do 6^a ao 9^a, intitulado de Polo na região, incentivou além da observação a escolha de uma entrevista semiestruturada. Para Flick (2013) o objetivo da entrevista é obter as visões individuais dos entrevistados sobre um tema, sendo que o entrevistador não fica preso a um roteiro de entrevistas tendo liberdade de conduzir a entrevista da forma mais flexível possível para conseguir as respostas que busca.

A escolha da entrevista semiestruturada deu-se principalmente pela necessidade de descrever o Polo a partir da vivência e saber das pessoas entrevistadas que conhecem o sistema Polo e participam ativamente desse sistema de ensino. A organização da entrevista partiu inicialmente da preparação de um guia semiestruturado com o objetivo de obter uma resposta de como está organizado o sistema Polo, entrevistaram-se alunos, pais, professores, líder comunitário, coordenador pedagógico e gestor das escolas do campo. “As informações que se quer obter, e os informantes que se quer contatar, em geral professores, diretores, orientadores, alunos e pais, são mais convenientemente abordáveis através de um instrumento mais flexível” LUDKE e ANDRÉ (1986, pag. 34).

No total foram entrevistadas quinze pessoas por questões éticas, as pessoas que participaram dessa pesquisa não tiveram seus nomes revelados. Os guias utilizados para fazer as entrevistas eram o mesmo para todos, no entanto no decorrer da mesma sempre surgia novas perguntas elaboradas a partir da fala do entrevistado, com a intenção, de esclarecer, complementar ou mesmo entender as suas respostas.

Porém durante o desenvolvimento da pesquisa ocorreu o fechamento da

Escola por isso fez-se necessário à busca de mais informações sobre o fechamento da mesma para isso foi analisado um projeto de nucleação elaborado pela SEMED, para ser encaminhado para o conselho municipal para ser aprovado.

Para subsidiar os estudos foi usado documentos para ampliar as fontes de dados e informações acerca do trabalho, para LUDKE e ANDRÉ:

(...) a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. (1986, pag. 38)

“Incluem desde leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares” LUDKE e ANDRÉ (1986, pag. 38). Para a pesquisa foi usado os seguintes documentos: dados coletados durante os TC, através dos relatórios, o *Projeto de Nucleação* cedido pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), e duas páginas da Ata que registou os acontecimentos durante uma reunião com os pais sobre o fechamento da sala de aula do Polo na comunidade Virola Jatobá.

O estudo sobre a organização e oferta do sistema de ensino na educação básica do 6º ao 9º ano a partir dos processos de multissérie, sistema modular e nucleação na escola do campo Monteiro Lobato no município de Anapu-Pará, foi desenvolvido no período de março a meados de junho de 2019.

2. Escola Monteio Lobato: as iniciativas dos camponeses para terem escolas na comunidade

Geralmente as escolas do campo surgem nesse contexto, relatado acima, de lutas e reivindicações pela terra a partir da “conquista” do território outras batalhas são travadas conseguir estradas para facilitar o acesso até a cidade e principalmente escolas para os filhos estudarem. HAGE fala da organização dos camponeses para conseguir educação nas suas comunidades:

Os sujeitos do campo, nesses últimos 15 anos, por meio dos movimentos sociais e sindicais que os representam, têm se mobilizado e organizado um processo nacional de luta para assegurar o direito à educação nas comunidades onde vivem e trabalham, onde produzem e reproduzem sua existência, seus modos de vida e suas formas de pensar e compreender o mundo. (2014, pag. 1166).

No mesmo ano de 2002, após a regularização do assentamento a comunidade do Virola Jatobá construiu uma vila e logo tiveram a iniciativa de se organizarem para conseguir escola para os filhos, foram até a SEMED em busca de apoio, a secretaria

se comprometeu em pagar um professor, a irmã Dorothy ficou com a responsabilidade de conseguir uma professora e os pais de organizar o local, nos primeiros meses as aulas foram ministradas nas casas dos próprios moradores posteriormente a comunidade fez um multirão para construir a “escolinha” um barraco coberto de palha, esta já servia também como local para as reuniões dos assentados.

O nome dessa primeira escola fundada é Escola Municipal de Ensino Fundamental Alyria Prates e funciona até os dias atuais uma classe multisseriadas do 1° ao 5° ano, a primeira professora dessa instituição era uma das moradoras do PDS, que tinha concluído o Ensino Médio. Dois anos depois a prefeitura disponibilizou materiais, para fazer a escola que foi construída pelos próprios moradores, de madeira e coberta de *Brasilit*.

Essas escolas reúnem estudantes de várias séries e níveis em uma mesma turma, com apenas um professor responsável pela condução do trabalho pedagógico, sendo, portanto, unidocentes e diferenciadas da grande maioria das escolas urbanas, onde os estudantes são enturmados por série e cada turma possui o seu próprio professor. O autor a seguir ressalta:

Essas escolas se constituem geralmente na única alternativa para os sujeitos estudarem nas comunidades rurais em que vivem, encontrando-se expostos a um conjunto de situações que não favorecem o sucesso e a continuidade dos estudos, evidenciando, inclusive, o descumprimento da legislação vigente, que estabelece parâmetros de qualidade a serem alcançados na Educação Básica nas escolas do campo. (HAGE, 2014, pag. 1173).

As classes multisseriadas, são uma realidade das escolas do campo e a principal oferta de ensino oferecida para as comunidades, sendo que em grande parte são os camponeses que tomam a iniciativa para que estas comecem a funcionar.

À medida que a quantidade de moradores aumentava surgiu a necessidade de abrir outra sala de aula porque a escola Alyria Prates ficava longe para atender aos moradores que adentravam no assentamento e as condições das estradas e financeira dos pais dificultava o transporte dos alunos para a escola.

Dessa forma no ano de 2007, os pais do travessão da mutum, foram até a SEMED com a expectativa de conseguir abrir uma sala de aula a secretaria propôs contratar uma professora para a nova classe, desde que os pais conseguissem um espaço porque ela não estava com condições para construir uma escola. Então os pais conseguiram o barracão da igreja Davinha, onde eram providos os cultos, para serem ministradas as aulas. Surgiu assim a escola Municipal de Ensino Fundamental Monteiro Lobato.

A SEMED enviou uma professora da cidade que tinha o ensino médio concluído para trabalhar, no ensino fundamental menor, em uma classe multisseriada, antiga 1ª a 4ª série, atual 1º ao 5º ano, a mesma ficou alojada na casa de um dos agricultores e ela era responsável para fazer a merenda, quando tinha, porque a Secretaria não disponha de recursos para pagar uma servente.

Alguns meses depois a secretaria disponibilizou os materiais e pagou um trabalhador para erguer a infraestrutura junto com os pais. A escola foi construída em um pedaço de terreno doado por um dos moradores, fica situada no T no travessão da mutum, no PDS Virola Jatobá depois de finalizada a construção a professora decidiu ficar morando na própria escola. Depois de três anos a secretaria de educação disponibilizou uma servente.

Sempre foi uma preocupação para os pais a continuação dos estudos dos filhos que tinham que ir estudar na Vila Sucupira, que tem ensino fundamental completo, a mais próxima, com 25 km para as famílias que estão situadas no início do PDS, ou na cidade de Anapu ficar com parentes ou conhecidos, o que era muito difícil para os estudantes ficar longe da família e para os pais a preocupação com os filhos e a perda da mão de obra para ajudar nos trabalhos com a lavoura.

No ano de 2013, insatisfeitos de ter que mandar seus filhos para outra localidade para estudar, ou de deixar suas terras para ir pra cidade, no qual se encontra disponível o fundamental maior do 6º ao 9º ano, mais uma vez os pais se mobilizaram para conseguir que seus filhos não tivessem que sair da sua comunidade para estudar, ou evitar que abandonassem a escola, o que acontece com frequência em locais que os alunos não têm acesso ao colégio. Nesse mesmo ano depois de se reunirem algumas vezes com a SEMED se iniciaram as aulas no Polo.

Figura 1 - Escola Monteiro Lobato



Fonte: Lana Letícia Nascimento (2019).

A infraestrutura da escola Monteiro Lobato é simples, construída de madeira uma sala de aula, e uma cozinha, coberta com telha *brasilit* e forrada com uma manta térmica, com objetivo de amenizar o calor, a escola não possui banheiro próprio, os frequentadores da mesma usam o banheiro de um lote vizinho, o ambiente já dispõe de um poço. HAGE fala da infraestrutura das escolas do campo:

Possuem infraestrutura precária e funcionam em prédios muito pequenos, construídos de forma inadequada quanto à ventilação, iluminação, cobertura, piso; que se encontram em péssimo estado de conservação, com goteiras, remendos e improvisações de toda ordem, causando risco aos seus estudantes e professores. Grande parte delas possui somente uma sala de aula, onde se realizam as atividades da escola e da comunidade. (2010, pag. 07).

Essa citação descreve com precisão a situação da infraestrutura da escola Monteiro Lobato, essa característica das escolas do campo interferem na aprendizagem dos alunos que ficam agoniados com o calor ou tem a atenção desviada das atividades no período do inverno quando tem que ficar se esquivando das goteiras igual relataram alunos durante entrevistas realizadas durante o TC.

Por causa da quantidade de alunos e a estrutura física do colégio precária, em 2016, a secretaria de educação iniciou a construção de uma nova escola ao lado da antiga, com duas salas de aulas amplas, dois banheiros e uma cozinha, feitos de alvenaria, coberta com telhas de barro, mas a obra está parada até hoje, ano de

2019, por falta de recursos, é o que diz a Secretaria de Educação.

Figura 2 - Construção estagnada da E. Monteiro Lobato



Fonte: Lana Letícia Nascimento (2019).

Esta obra inacabada comprova a ineficiência e a falta de planejamento da secretaria de educação com os recursos que são para serem investidos na educação. De acordo com o aumento populacional do PDS, novas escolas foram surgindo atualmente existem no assentamento as escolas: Alyria Prates, Branca de Neve, Monteiro Lobato e Coração de Jesus totalizando em quatro escolas.

3. A realidade da educação básica do 6° ao 9° ano, sistema modular e multissérie (Polo) na escola Monteiro Lobato

Desde o início da escolarização no campo, esta sempre sofreu com adaptações do ensino urbano para o campesino, por falta de recursos, infraestrutura e boa vontade dos governos. Devido à falta de políticas públicas para a educação do campo esta acaba sobrevivendo por consequência de muitas lutas dos sujeitos em busca do direito a uma educação de qualidade.

O ensino destinado a esses povos nunca condiz de fato com a realidade dessas pessoas e acaba por ser um resultado de ajustamentos feito no ensino urbano para essas populações, diminuindo a oportunidade destas de através da educação vigorar a afirmar suas identidades e ter mais independência e conhecimentos para continuarem lutando por seus direitos.

O sistema de classes multisseriada da pré-escola ao 5º ano é uma

modalidade criada para atender aos alunos do campo, por causa do número inferior de crianças não é viável para as Secretarias de Educação manter um professor para uma turma que tem em média sete alunos, então eles são aglomerados em uma sala com um professor para ministrar aulas para estudantes com sete níveis de aprendizagem e idades diferentes. “Essas escolas reúnem estudantes de várias séries e níveis em uma mesma turma, com apenas um professor responsável pela condução do trabalho pedagógico, sendo, portanto, unidocentes e diferenciadas da grande maioria das escolas urbanas, (...)”. (HAGE, 2014, pag. 1173).

Outra modalidade criada para atender aos alunos do campo só que em nível médio é o Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) gerido pela Secretaria Executiva de Educação (SEDUC) O funcionamento do SOME “se desenvolve através da oferta de quatro blocos de disciplinas, ministradas ao longo do ano letivo por quatro equipes de professores itinerantes que se movimentam em um esquema de rodízio permanente”. SEDUC (2000, pag. 07). Segundo a SEDUC essa modalidade foi criada diante da pressão dos municípios para levarem o ensino médio para as comunidades menos populosas e que era inviável construir escolas estaduais para funcionar no sistema regular.

Durante muitos anos os camponeses estudavam apenas até o 5º ano, antiga 4ª série, somente os que tinham condições de ir para a cidade continuavam os estudos, atualmente o ensino fundamental maior é uma realidade de muitas comunidades do campo, fruto de muitas lutas e engajamentos de movimentos sociais, essa educação está disponível através das Casas Familiares Rurais e do sistema de ensino modular multisseriado do 6º ao 9º ano, denominado de Polo aqui no município de Anapu.

A seguinte modalidade apresentada é o Polo da qual descreveremos nesse tópico. A origem do Polo é desconhecida até mesmo pelos gestores municipais não se sabe onde e nem quando essa organização de ensino foi criada. Segundo a autora a seguir:

Pode-se definir “Escola polo” como sendo um sistema de organização da educação rural, onde a escola escolhida como Pólo se situa num local estratégico entre as diversas comunidades existentes no campo, representando assim um espaço de atendimento escolar num complexo de comunidades e/ ou assentamentos de forma a oferecer o ensino fundamental menor e maior, disponibilizando neste sistema transporte escolar para os estudantes. Nela é ofertado desde a pré-escola até o 9º ano do ensino fundamental e o ensino médio. (SILVA, 2015, pag. 23).

Essa definição não condiz com a realidade das escolas Polo do município de Anapu que consiste em pequenas salas de aulas distribuídas pelas comunidades de acordo com a fala do gestor pedagógico “são 28 escolas funcionando o polo, uma

média de 15 a 20 alunos por polo” (2019).

Ao ser questionado porque chamam essa oferta de ensino de Polo já que não se trata de escolas localizadas estrategicamente, e que consiste em apenas uma sala de aula que atende uma quantidade mínima de alunos o gestor responde “é porque essas escolas são anexas às escolas aqui da cidade, que são chamadas de escolas matriz ou Polo e onde são feito os documentos dos alunos já que nessas escolas rurais não tem secretarias”. Ou seja, as salas de aulas espalhadas pelas comunidades são chamadas de Polo por causa das escolas da cidade que são Polo das escolas do campo.

O Polo é um sistema considerado recente no município. O mesmo surgiu através de reivindicações e pedidos dos pais para que seus filhos tenham acesso à educação em suas localidades, por causa da falta de condições financeiras para esses se deslocarem para as áreas urbanas e a desestruturação que o afastamento dos filhos causa nessas famílias. Como relata uma professora do Polo da escola Monteiro Lobato e o presidente da associação:

O Polo foi criado para facilitar a vida das comunidades, devido às dificuldades e os pais não poderem levar seus filhos para a cidade, e a quantidade inferior de alunos que não possibilita a criação do ensino regular na comunidade. (Entrevista realizada em abril de 2019).

Iniciou basicamente da necessidade dos filhos de agricultor não ter um ambiente uma casa na rua muitos pais não tem essa condição, muitos deles até parava de estudar porque não tinha né, um local na cidade para terminar o ensino fundamental ai bolaram a ideia desse sistema Polo da onde continuaria na roça só o professor viria aplicaria toda matéria (...). (Presidente da associação do Virola Jatobá).

Através das entrevistas realizadas com alunos, pais, professores, líder comunitário, coordenador pedagógico e gestor das escolas do campo o Polo é descrito como um ensino modular, multisseriado do 6º ao 9º ano do ensino fundamental maior como descreve um aluno do 7º ano da escola: “No polo eu estudo com alunos de series diferentes e todo mês é uma matéria diferente, quando o professor termina de dar suas matérias ai vem outro professor, varia entre 3, 4, 5 e já teve só 2 durante o ano todo também”. É feito um rodízio entre professores em determinadas escolas de acordo com a divisão realizada pela SEMED cada disciplina tem que ser estudada em um mês, em média, as disciplinas são divididas entre os professores de acordo com as formações e afinidades de cada um.

A dinâmica do sistema polo atualmente na Monteiro Lobato é o polo de três são três professores que atuam em três escolas para atender a demanda de alunos, esse valor pode variar de acordo com a quantidade de alunos, anos anteriores já foram feito polo de cinco e tem polo de dois atualmente no município. O polo é diferenciado, uma disciplina é dada em um mês, um professor tem em torno de três a quatro disciplinas, é sistema modular, e funciona multissérie do 6º ao 9º ano. (Entrevista realizada com o

coordenador pedagógico da escola, em abril de 2019).

Como afirma o relato do coordenador pedagógico a escola Monteiro Lobato neste ano de 2019 está fazendo parte de um rodizio de três, ou seja, três professores fazem rodizio em três escolas. As matérias a serem ministradas durante todo o ano são divididas entre os três professores de acordo com a formação dos mesmos. No ano de 2018 a escola em que foi realizada a pesquisa fez parte do rodizio de cinco:

Nesse ano está funcionando Polo de três aqui, são três escolas com três professores, no ano passado era polo de cinco, a única vantagem de trabalhar em mais escolas é porque trabalhamos mais em nossa área de formação, porém a dificuldade é muito maior, a dificuldade de chegar às escolas então nós reivindicamos e esse ano é Polo de três, o Polo funciona do 6º ao 9º ano. (Professor 3 do Polo, abril, 2019).

O Polo acaba que sendo uma junção da multissérie do fundamental menor com o SOME, no qual o ensino da pré-escola ao 5º ano é multisseriado, mas é regular e o SOME é modular, mas não é multisseriado e o Polo junta essas duas técnicas, multissérie do 6º ao 9º ano e modular em forma de rodizio dos professores. De acordo com a SEMED o Polo é amparado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN)-Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem o recomendar.

§ 2º. O calendário escolar deverá adequar-se as peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas previstas nesta Lei.

Devido as dificuldades encontradas nas comunidades por causa do isolamento das escolas e quantidade dos alunos serem insuficientes para funcionar o sistema regular, segundo o gestor das escolas do campo, o Polo se tornou a oferta de ensino mais viável, para não deixar que os alunos do campo ficassem sem estudar. Porém durante a entrevista o gestor falou de um projeto de nucleação que foi elaborado para ser enviado para a câmara municipal e após a sua aprovação seria emitido um decreto para regularizar o Polo. Ou seja, embora a secretaria de educação afirme que o Polo é amparado por Lei, o mesmo precisa ser regularizado a nível municipal.

Na escola Monteiro Lobato a sala de aula do Polo está funcionando com sete alunos do 6º ao 8º ano, não tem nenhum do 9º ano, no início do ano foram feitas treze matrículas, mas somente oito alunos apareceram para estudar e um deles se mudou da localidade, então desde meados de março as aulas estão sendo ministradas para sete alunos que foram entrevistados durante o desenvolvimento do trabalho.

Várias dificuldades foram apresentadas em relação ao Polo baseado nos relatos dos principais atores envolvidos na Escola campo de pesquisa. A seguir professores falam sobre os materiais didáticos:

Falta material adequado ao Polo porque nós trabalhamos com material do sistema regular, o material didático tinha que ser um material mais eficiente mais adequado ao sistema que trabalhamos, mas dentro do currículo do ensino regular, os conteúdos são muito extensos então é sempre necessário fazer uma reciclagem do conteúdo. Seria bom que o Polo tivesse material próprio como, por exemplo, o EJA ele tem livro didático próprio, é preciso investimento do governo federal nessa modalidade. (Professora 1 do Polo da escola Monteiro Lobato, abril de 2019).

O professor do Polo não tem autonomia nós recebemos o livro didático da secretaria e temos que segui-lo, dar todos o conteúdos nesse período de trinta dias em média, ou seja, tem que estudar um capítulo do livro por dia, o tempo é muito pouco e sempre há imprevistos. (professor 3 do Polo entrevista realizada durante o IV tempo comunidade, 2017).

A falta de materiais didáticos e pedagógicos dificulta o trabalho do professor, pois esses instrumentos tem um papel importante no processo de ensino e aprendizagem facilitando a compreensão dos alunos e a abordagem do docente, há ainda a falta de autonomia dos professores de planejarem os conteúdos de acordo com o seu trabalho e o desenvolvimento dos alunos agravando a situação.

Esses professores do Polo têm apenas o livro didático com um conteúdo urbanocêntrico e fabricado totalmente fora do contexto de salas multisseriadas principalmente do 6º ao 9º ano. Por esse motivo tem-se o apelo da educadora que gostaria de ter acesso a materiais didáticos confeccionados para turmas multisseriada já que essa é uma realidade presente desde o início da escolarização no campo. HAGE reforça em seu texto o relato da professora acerca dos livros didáticos:

A alternativa mais usada para viabilizar o planejamento tem sido seguir as indicações do livro didático, sem atentar com clareza, para as implicações curriculares resultantes dessa atitude, uma vez que esses materiais didáticos tem imposto a definição de um currículo deslocado da realidade e da cultura das populações do campo da região (HAGE, 2005, pag. 52).

Outro problema somado ao déficit de materiais didáticos são as classes multisseriadas que são vistas para a maioria dos participantes das entrevistas como um problema que inviabiliza o processo de ensino e aprendizagem dificultando o desenvolvimento do aluno devido à dificuldade que os professores têm de planejar suas aulas para quatro séries diferentes em média.

Uma desvantagem do Polo que eu acho é por de ser multissérie quatro anos juntos e misturados eu não entendo como é que um professor se desdobra como é que ele faz pra dar conta de ensinar depende muito se o professor é bom, mas mesmo assim é muito difícil eu não acho que dá das crianças aprender tudo o que tinha que aprender. (Mãe de uma aluna do 6º ano, 2019).

Uma das dificuldades é pela questão da multissérie porque o Polo deveria ter um tempo mais razoável pra cada turma pra poder o professor se dedicar específico para aquela turma pra poder passar um conteúdo próprio porque tipo nessa questão da improvisação fica meio complicado pro professor passar um conteúdo e conseguir desenvolver todas aquelas turmas numa mesma sala. (Professor do Polo 2, junho de 2019).

Esses argumentos deixam evidente a falta de preparação dos professores em trabalhar em turmas multisseriadas e acabam fazendo um processo de seriação. Para Hage (2014) a seriação, que em geral é reivindicada como solução para os graves problemas que permeiam as escolas multisseriadas, já se encontra fortemente presente, materializada nas escolas rurais multisseriadas, de forma precarizada, sob a configuração de multissérie).

Hage explica que os professores mesmo trabalhando em turmas multisseriadas acabam fazendo esse processo de seriação quando organizam as turmas por série e “transmite” os conteúdos dos livros didáticos de acordo com a série que cada aluno está matriculado.

O autor explica ainda em seu artigo que essa modalidade de seriação que os pais, gestores e professores acreditam ser a solução para os problemas das classes multisseriadas também está em defasagem por motivos semelhantes aos das escolas do campo, por causa da falta de formação adequada e continuada dos professores, a ausência dos pais nas escolas, infraestrutura precária das escolas públicas a falta da participação das comunidades e movimentos sociais no sistema de organização e planejamento das escolas entre outros fatores.

Os alunos enxergam a multissérie com outro olhar mais sensível e mais abrangente do que os pais, educadores e outros e falam ainda do sistema modular visto como uma metodologia positiva para os alunos, pois eles sentem mais facilidade em estudar uma disciplina de cada vez, porque acham mais organizados e

o processo de aprendizagem não é interrompido para estudar algo completamente diferente na próxima aula:

O polo é melhor, porque estuda só uma matéria por dia e a gente aprende mais, não confunde estudando um monte de matéria ao mesmo tempo, e ter alunos de outra série estudando junto, se fosse uma sala só do 8º ano nós só éramos três alunos em uma sala. (Aluna do 8º ano, abril de 2019).

É que a gente conhece vários professores o jeito que pode aprender estudando com alunos de séries diferente porque quando é só uma série fica chatinho. (Aluna do 6º ano, abril de 2019).

É porque a gente estuda as matérias, faz a prova da matéria, não acumula prova de outras matérias, só as da que a gente estudou, a gente estuda uma matéria toda, não é como o ensino comum que a gente estuda uma coisa num dia e outra coisa no outro. (Aluno do 8º ano, abril de 2019).

Ainda em relação a multissérie apenas uma professora falou que não enxerga essa peculiaridade como um problema nas escolas do campo:

O problema não é a multissérie em si, mas a falta de políticas públicas voltadas pra cá pra roça, o que vem pra escola de cá, é o que sobra das escolas da cidade, não temos materiais didático, às vezes compro cartolina com meu dinheiro para os alunos fazerem trabalho. (Entrevista realizada com a professora 1 da escola Monteiro Lobato, abril de 2019).

De acordo com a experiência da educadora, que trabalha no Polo desde 2016, o problema não está relacionado à multissérie em si, mas nas condições em que as maiorias dessas escolas do campo se encontram sem materiais didáticos, as estruturas dos prédios são precárias e desconfortáveis e a falta de preparação dos professores que deveriam ser auxiliados e ter mais suporte, formações pedagógicas específicas para orientar o trabalho em classes multisseriadas.

Outra dificuldade narrada pela docente é o deslocamento para as escolas que são distantes umas das outras, por exemplo, no ano de 2018 ela fazia um caminho de 160 km por podia. Indagada sobre porque não ficar na comunidade? Ela expôs que tem dificuldades em ficar na comunidade na casa dos moradores por causa de problemas de saúde:

Eu não fico na comunidade, por mais distante que seja, eu volto para casa, porque eu tenho problemas de saúde muito sérios, eu tenho um problema alérgico, então minha casa já é toda adaptada, eu me sinto mais segura, e na casa alheia também eu tenho receio de incomodar muito os outros e causar preocupações, (...). (Professora do Polo 1, abril de 2019).

O coordenador pedagógico e um pai também citaram o deslocamento para as escolas como uma das dificuldades: Várias dificuldades, de transporte, principalmente no inverno as estradas das vicinais, suporte pedagógico, são muitas escolas e são muito distantes umas das outras, principalmente no Polo porque às vezes a comunidade pede para não ter aula, então você chega à escola e não está tendo aula, e não tem como se comunicar com a escola antes de ir porque não tem telefone são esses fatores que dificulta. (Coordenador pedagógico, abril de 2019).

A escola é muito longe pros meninos ir quando eu vou pra rua na moto eles tem que ir muntado então não vão. (Pai de uma aluna e um aluno do 7º e 8º ano respectivamente, 2019).

O isolamento e o acesso difícil é uma das características das escolas do campo, as estradas em condições precárias de acesso dos alunos à escola, coordenadores pedagógicos, professores e qualquer visitante, dificultando o trabalho de todos e criando condições de baixo rendimento escolar, devido a quantidade de falta dos alunos por não conseguirem chegar até a escola principalmente no inverno, algo que as vezes acaba violando a Lei que determina a quantidade de 200 dias letivos que o aluno deve ter.

Além da dificuldade da distância são relatados como uma das principais dificuldades dos professores a estadia na comunidade:

Era bom se a secretaria organizasse um lugar na escola pro professor ficar porque hoje tem facilidade pra isso, tem energia tem água, todo professor que funciona desse modelo ele compra o alimento dele com recurso dele próprio e traz pra casa que ele tá pra família acolher ele pra ele poder trabalhar é um gasto a mais pra ele e se ficasse na escola não corria o risco de entrar em atrito com a família. (Presidente da associação, maio de 2019).

Lugar pro professor ficar às vezes não tem o professor não tem uma ajuda de custo pra ir para a escola, a questão da estadia porque muitos ficam na casa de alunos e muitas vezes se torna meio incomodo porque não é um lugar próprio mesmo para o professor ficar. (Professor do Polo 2, junho de 2019).

Outra fragilidade do sistema Polo é a impossibilidade dos alunos serem transferidos para escolas do sistema regular e os do sistema regular ser transferidos para o Polo, ou o aluno de uma escola Polo para outra, por que as disciplinas são estudadas por módulos. Essa é uma característica do sistema Polo, algo desafiante para as secretarias que adotam esse sistema, por que impossibilita o aluno de ter acesso à educação caso este seja obrigado a mudar de localidade.

Devido a lei do artigo que diz que tem que atender o aluno na escola e no polo como e modular o aluno que está estudando no polo não pode ir para o regular e o do regular não pode ir para o polo. E mesmo que o aluno seja do polo, mas de outra localidade não pode ser transferido porque o calendário das disciplinas é diferente. (coordenador pedagógico, 2019).

O mais pior desse negócio de Polo é que as meninas não podem ir pra outra escola se não perde o ano, como é que pode um negócio desse? A gente ficar preso em um lugar. Igual ano passado que eu fui na secretaria pra transferir elas pra rua e eles falaram que não podia de jeito nenhum eles falaram que só tinha um jeito de mandar elas pro outro PDS, o que que eu ia fazer no outro PDS? (mãe de duas alunas do 7º e 8º ano do Polo, 2019).

Os relatos acima mostram os transtornos e conflitos que essa situação pode causar na vida das famílias principalmente dos estudantes submissos a ficar fora da escola, violando o que expõe a Lei n. 9.394/1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade;

Devido a marginalização dos camponeses, as poucas alternativas de educação criadas para o campo, as Secretarias Municipais de Educação deram conta de organizar ou implementar efetivamente os direitos constitucionais juntamente com esses povos para que os alunos tenham a garantia e acesso a uma aprendizagem significativa, a impressão que se tem é que as estruturas criadas pelas secretarias de educação, apenas simulam que estão cumprindo o que há na constituição oferecendo a todos o direito a educação, porém, na realidade, essa garantia da forma que está ofertada acaba por limitar a aplicação desse sistema de modo que contemple as especificidades das escolas básicas do campo.

Contudo diante de tantos desafios o Polo é importante para os entrevistados por ofertar o ensino fundamental maior para os discentes em suas comunidades evitando que esses jovens tenham que deixarem suas famílias, ou acabem abandonando os estudos por falta de oportunidade de estudar. A seguir estão citados alguns trechos das respostas referentes a pergunta: qual a importância do Polo para você?

Enriquecer o conhecimento dos alunos e fazer com que eles permaneçam na comunidade que não precisem sair para continuar estudando (...). (professora 1, maio de 2019).

A importância é que se não tivesse, ficaria mais difícil o acesso ao estudo. (aluna do 8º ano, abril de 2019).

Seria a questão do professor vir e o aluno não sair da comunidade temos pais que não tem condição de manter o filho dele lá na cidade. (Presidente da associação, 2019).

É importante porque eles continuam morando em casa, não precisam sair pra fora pra estudar, (...) (pai de alunos, maio de 2019).

O Polo é muito importante por ofertar o ensino fundamental aos jovens da comunidade, porque acredito eu que se não tivesse o Polo o número de alunos fora da escola era maior. (professor 2 do Polo. Junho 2017).

Na figura abaixo há um registro da sala de aula do Polo no ano de 2017.

Figura 3 - E. Monteiro Lobato, sala de aula (Polo).



Fonte: Francilene Pereira (IV Tempo Comunidade, 2017).

4. Projeto de nucleação para as escolas do campo no município de Anapu

Durante uma entrevista realizada com o gestor das escolas do campo ele fala sobre o fechamento de duas salas de aulas Polo, uma no PDS Esperança, na escola Dorothy Stang e a sala de aula do PDS Virola Jatobá, na escola Monteiro Lobato, lócus de onde estava sendo desenvolvida a pesquisa para a elaboração desta monografia. A justificativa foi a diminuição da quantidade de alunos sendo inviável a continuação da oferta das aulas para cinco alunos, e a regularização do Polo através do projeto de nucleação.

A nucleação consiste em reunir alunos de várias escolas denominadas de isoladas no campo em uma escola maior com melhor infraestrutura acabando com a multissérie, localizada na comunidade ou na área urbana, a nucleação exige maior investimento no transporte escolar para o deslocamento dos estudantes para a mesma.

Com a responsabilidade de ofertar a educação básica, os municípios enxergam nas várias escolas do campo, instituições que precisam de muitos recursos para ser mantidas, por esse motivo iniciou um devastador processo de fechamento de escolas no campo. De acordo com PAVANI e ANDREIS, SINGA 2017:

Em 1996, com a aprovação das Leis e Diretrizes de Base - LDB 9.394/96, de acordo com Romanelli (2014), acontece todo um processo de reformulação do ensino brasileiro, aumenta sua oferta e também cria-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, de Valorização do Magistério (FUNDEF) e fortalece-se o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Ambos os Fundos são políticas educacionais importantes para o desenvolvimento da educação no Brasil, priorizando o Ensino Fundamental e tendo também consequências na oferta da educação para os trabalhadores do campo brasileiro. Essas políticas estabeleceram critérios para a transferência de recursos financeiros às escolas públicas do Ensino Fundamental, motivando o processo de municipalização dessa etapa da Educação Básica.

Para as autoras os municípios intensificaram o processo de nucleação porque diante desse quadro, manter as escolas multisseriadas em suas diversas comunidades rurais passou a ser visto como um gasto excessivo. Necessitava-se dispendir de mais recursos para manter professores, serventes e a estrutura escolar como um todo. Porém já que esta reelaboração da oferta da educação básica pelos municípios está amparada legalmente o processo de nucleação está sendo cada vez mais intensificado desordenadamente, mesmo com as lutas dos movimentos sociais contra o fechamento de escolas do campo, pois é nisso que consiste a nucleação.

De acordo com PAVANI e ANDREIS (2017), o processo de agrupar escolas do campo em uma única escola está previsto no Parecer n. 36, de 4 de dezembro de 2001 BRASIL (2002), visando uma ampliação do acesso a uma educação de qualidade com infraestrutura melhor das escolas, professores melhores formados, entre outras questões.

No entanto esse processo de nucleação desenfreado fez com que os Movimentos dos Sem Terra se organizassem e divulgassem a campanha “Fechar Escola é Crime” com objetivo de discutir e denunciar a situação do fechamento das escolas principalmente no campo e mobilizar comunidades, movimentos sociais, sindicatos, enfim toda a sociedade para se indignar quando uma escola for fechada e lutar para mudar esta realidade.

Para HAGE (2014) a pressão do Movimento Nacional da Educação do Campo levou a presidente Dilma Rousseff no dia 27 de Março de 2014, a sancionar a Lei nº 12.960 que altera a LDB nº 9.394/1996, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino e da própria comunidade local, para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas, passando o Art. 28 da referida Lei a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (Brasil, 2014).

Contudo no momento toda a mobilização dos camponeses não tem surtido muitos efeitos e a nucleação das escolas pequenas do campo continua se alastrando, este fenômeno, como está sendo chamado por alguns autores, chegou ao município de Anapu com o propósito de melhorar a qualidade da educação, diminuindo a demanda de classes multisseriadas que é um empecilho *na visão* do Projeto de Nucleação, elaborado pela secretaria de educação de Anapu neste ano de 2019, para a qualidade do ensino oferecido. O projeto se refere às classes multisseriadas do 6º ao 9º ano (Polo).

Segundo o projeto a justificativa do mesmo se dá pelo fato do município de Anapu possuir grande extensão rural, com um grande número de escolas unidocentes/multisseriadas, sendo algumas localizadas em comunidades de difícil acesso e que vem reduzindo gradativamente o número de alunos. Alega também que a escola multisseriada se caracteriza pela sobrecarga dos professores com tarefas que extrapolam seu papel pedagógico, a precariedade das instalações escolares; dificuldade para acompanhar o trabalho pedagógico das escolas isoladas, por conta da distância entre elas, pela falta de veículos ou pelas péssimas ruins de trafegabilidade das estradas entre outros fatores.

São atribuídas as escolas multisseriadas todo o caos e falta de qualidade das escolas “rurais” do município, apresentando como solução a esse problema a inserção dos alunos em classes seriadas através da nucleação das escolas multisseriadas. Porém de acordo com os estudos de HAGE exposto no tópico anterior as escolas seriadas não são nem de longe a solução para os problemas das classes multisseriadas e o projeto de nucleação, não cita as desvantagens e dificuldades da nucleação, no próprio documento é mencionado as péssimas condições das estradas principalmente no inverno e a nucleação depende incondicionalmente da política de transporte escolar. Então qual é a proposta do projeto para esse problema? No documento não há nenhum esclarecimento sobre o deslocamento dos alunos.

O projeto de nucleação tem como uns dos objetivos reduzir o número de contratados e servidores efetivos sendo pago em razão de um número mínimo de alunos; garantir o bom uso do dinheiro público, reduzindo despesas e aumentando a qualidade do ensino. De acordo com os objetivos do projeto a SEMED está mais preocupada em diminuir os gastos com a educação do que de fato priorizando um ensino de qualidade.

Não está sendo levado em consideração os impactos negativos do

fechamento dessas salas de aulas, como exemplo, aumenta a dificuldade dos pais fazer um acompanhamento dos filhos nas escolas, a perda das comemorações e dias festivos realizados pelas escolas que são esperados com ansiedade por todos os comunitários porque são uns dos poucos eventos que ocorrem durante todo o ano: festa junina; dia das mães; dia das crianças são encontros culturais que vão se acabar, assim sendo, a comunidade vai perdendo vida, a animação.

A metodologia descrita no projeto afirma que toda a implementação da nucleação (Pólo), exige diálogos prévios com a comunidade e planejamento dos passos que serão seguidos, um desses passos é fazer reunião com representantes das comunidades das quais as escolas serão nucleadas, pela equipe gestora para apresentar a proposta de nucleação e decidir coletivamente qual escola-núcleo receberá os alunos.

No entanto não é o que está acontecendo, dia 27 de maio 2019, houve uma reunião na comunidade para tratar da sala de aula do Polo que já estava fechada há duas semanas, justificado pela SEMED, pela redução no número de alunos, de sete para cinco. E sobre o deslocamento das crianças para a Vila do 120 as margens da BR Transamazônica localizada a 23 km do PDS, para os moradores que ficam situados no início do assentamento.

Figura 4 - Reunião realizada dia 27 de maio de 2019, na E. Alyria Prates.



Fonte: Railton Sampaio (2019).

Figura 5 - Reunião realizada dia 27 de maio de 2019, na E. Alyria Prates.



Fonte: Railton Sampaio (2019).

Compareceram três representantes da SEMED para a reunião, o gestor das escolas do campo, o coordenador pedagógico das escolas da localidade e a suplente da secretária de educação, estavam presentes também os pais das crianças que são transportadas para a vila, as três mães dos alunos do Polo, faltou apenas um pai de dois alunos.

Os pais dos alunos do Polo estavam na reunião com o objetivo de evitar o fechamento da sala de aula, afirmando que não eram cinco alunos e sim, sete, a mãe de duas alunas explicou que as filhas faltaram uma semana de aula por questões de saúde e que ela em nenhum momento foi à secretaria dar baixa em matrícula ou dizer que as filhas tinham desistido, porém os representantes da SEMED vieram apenas “informar” aos pais que a sala de aula já tinha sido fechada porque a secretaria não tem condições de manter um professor para sete alunos e que eles seriam transferidos para a escola da Vila 120.

As mães indagaram como seria possível se os filhos já tinham estudado três matérias e perdido todo esse tempo de aula no 120? E se no Polo os alunos não podem ser transferidos? O gestor, porém, explicou que as notas ainda não tinham sido lançadas, que era possível eles recuperarem as aulas que já tinham sido dadas, que eles dariam um “jeito” o importante era os alunos continuarem estudando.

As mães relutaram dizendo que desde o início estava tendo aula só com os sete alunos porque decidiram fechar a escola só agora? Que não tinham coragem de colocar suas filhas em um carro para percorrer essa distância nessas estradas

horríveis, que era perigoso! Já que tinha uma escola perto de casa e a distância da casa delas que moram perto da escola fica a uns 5 km de onde passa o carro! O gestor disse que elas poderiam pegar um vale para gasolina na SEMED para colocar nas motos para fazerem esse trajeto.

E os outros pais estavam pedindo que a secretaria colocasse mais um carro porque dois não estão sendo suficiente, a logística dos horários está inaceitável, porque as crianças da pré-escola ao 5º ano saem as 6:00 h da manhã sem tomar café porque não dá tempo e volta para casa as 13:00 h, e os alunos que vão para a vila estavam chegando em casa muito tarde algumas vezes as 21:00h por causa das condições péssimas das estradas no inverno e reclamaram também que os alunos estavam perdendo muitas aulas porque o carro está constantemente quebrado.

A preocupação das famílias com as condições de segurança dos filhos é totalmente compreensível quando se refere ao deslocamento destes nas precárias condições das estradas e transportes. O excesso de horas dentro do transporte escolar, resulta em cansaço para as crianças que saem muito cedo de suas casas, essa jornada longa e cansativa colabora para o desempenho escolar abaixo da média. Todavia a suplente da secretária falou que esses problemas iam acabar com o fim do inverno, que não havia nenhuma possibilidade de colocar outro carro, para terem calma e esperar mais um pouco.

Foi sugerido por um pai para levar os alunos que vão para o 120 para a escola Monteiro Lobato assim não fecharia a sala de aula e o trajeto ia diminuir bastante, porém segundo os representantes da SEMED não era possível porque precisaria colocar mais um carro, por causa dos alunos do travessão do 120 e isso não vai ser feito porque a secretaria não tem condições financeiras.

Nas figuras abaixo está resumido na ata da secretaria o resultado da reunião e assinatura dos participantes.

Figura 6 - Resultados da reunião (ata da SEMED).

Reunião realizada dia 27/05/2019 na escola Celyria Prates, na oportunidade será discutida sobre fechamento ou não, da sala do polo na escola Monteiro Lobato decorrer da reunião. A reunião teve início com o Roldon agradecendo a presença de todos e falando sobre as pautas que serão discutidas. Em seguida o João Ferreira lembra que o prefeito pediu que organizasse esta reunião para que fosse discutidas e tomadas algumas decisões com os pais presente, e explica porque tomaram a decisão de fechar a sala polo da escola Monteiro Lobato. Depois da fala do João Ferreira a mãe Lúcia fala da impossibilidade de mandar suas filhas para a vila do 120 caso fechar a sala na Monteiro Lobato. O Luis fala que acha mais vantagem trazer as crianças do 120 para manter a sala da Monteiro Lobato funcionando aberta. O motorista Serafim explica porque teve alguns problemas que chegou muito atrasado no 120 com os alunos. Depois de muitas discussões ficou esclarecido que não há possibilidade da SEMED contratar mais um motorista com carro para transportar alunos. Fico definido que Marta e João vão conversar com o prefeito Clélio, para ver a possibilidade de contratar um motorista com carro para transportar crianças a escola Monteiro Lobato no período da tarde. Segue a lista das pessoas que compareceram. Sindyane Fombia Alves, Liana Leticia Nascimento da Silva, Ivan Reis Soares Pereira, Cecivaldo Costa da Marulide Carvalho de Andrade, Lúcia Fabíquel Torres Triviani Paz Batista, Marlene Almeida de Oliveira, Edileugegenes da Costa, Francisca Kelly, Aurimécia Feitoria Reis, Nelson Soares de Andrade, Antonio Francisco F. Jesus, Ute Carolina Ferreira, Maria Paumunda Oliveira, Lilany Pereira da Silva, Everaldo Barros com cerca de

Fonte: Lana Leticia Nascimento (2019).

Figura 7 - Assinatura dos participantes da reunião.

Mt. Smap Nelo da Silva, Luiz Bezerra da Conceição, Eronício Almeida dos Santos, Vanessa das Santas, Marinalda Silva Alves, Marlene Reis Nascimento, Lúcia Fabíquel Torres, Marta G. da Silva, Roldon da Silva, Everaldo Barros

Fonte: Lana Leticia Nascimento (2019).

Foram horas de discussões e argumentos sem nenhuma mudança realizada, um dos participantes questionou que aquela reunião precisaria ter acontecido já que eles vieram com as decisões tomadas de que não iam colocar mais um carro e as aulas na sala do Polo não iriam continuar.

Durante a reunião não foi citado em nenhum momento o projeto de nucleação para as escolas do campo, esse não seria o momento mais propício para apresentá-

lo para a comunidade? Era essa a pauta da reunião, sobre o fechamento de sala de aula e transporte dos alunos sendo que o projeto garante que seriam feitas reuniões com as comunidades para apresentar a proposta de nucleação. Porque não houve esse diálogo? No documento elaborado pela SEMED há várias justificativas para a inserção do projeto, mas na reunião só foi falado a falta de recursos da secretaria de educação. Os acontecimentos da reunião fazem refletir se realmente os gestores tem intenção de tomar decisões compartilhadas com a comunidade.

Principalmente porque o posicionamento dos pais não estava de acordo com as decisões tomadas pela SEMED, esse descontentamento e dificuldades de manter os filhos na escola pode ocasionar a migração de alguns pais para a cidade. Está havendo um acontecimento inverso dos fatos, pois a nucleação já está sendo colocada em prática e totalmente contrária ao que diz no projeto sem diálogo com a comunidade, empurrando a nucleação de maneira verticalizada aos dos pais e comunitários mesmo à revelia dos interesses e necessidades coletivas das comunidades, e isso, sem ter sido ao menos encaminhado para o conselho municipal para ser aprovado.

Considerações finais

Nesse cenários em que se enraízam o processo de pertencimento dos territórios camponeses, em meio a tantas injustiças, derramamentos de sangue e lutas para usufruir de direitos, nesse contexto surgem as escolas do campo consequências dessas batalhas travadas diariamente pelos camponeses, não apenas para conquistar o direito mas também de garantir que ele seja cumprido.

As situações precárias em que se encontram as escolas do campo se justifica pelo contexto em que elas surgem emergentes das iniciativas dos pais que buscam melhorar a vida de seus filhos e das comunidades através da educação. Esse processo de implantação de escolas deveria surgir dos governos todavia esse só o faz quando tem benefícios em prol do sistema capitalista para o qual este funciona.

O processo de organização do ensino fundamental maior denominado de Polo é organizado dessa forma por causa da extensão das áreas camponesas que são grandes, existem várias comunidades e geralmente os moradores optam por morar em seus lotes, de tal modo que as famílias se encontram dispersas, como consequências as salas de aulas das escolas não tem o número de alunos suficientes para formar uma turma no sistema regular e os professores trabalham em

forma de rodízios por esse mesmo motivo.

Todavia esse sistema de organização tem muitas lacunas que não são reconhecidas pelos sistemas públicos de ensino, por não preencherem os requisitos necessários para autorização de seu funcionamento, e em consequência disso, essas escolas funcionam como anexas à escolas de maior porte, localizada na sede municipal, em um sistema denominado de polarização, onde essas salas de aula do Polo são anexas das escolas das cidades que são regularizadas e podem emitir as documentações necessárias.

Esse também é um dos motivos pelos quais a SEMED justifica o projeto de nucleação, para regularizar a situação dessa oferta de ensino. Essas ineficiências do Polo causam muitas dificuldades na vida de seus usuários, sobretudo aos alunos e suas famílias.

Diante dos depoimentos foi possível elencar várias desvantagens do sistema em função das dificuldades que os alunos, pais, professores, coordenadores e gestores enfrentam: condições precárias das escolas e das estradas, distâncias, falta de materiais didáticos e dificuldades do acompanhamento pedagógico, falta de formação continuada para os professores e dificuldades com a parte burocrática, da oferta de ensino.

Sob essa dialética, é compreensível presenciar nessas salas de aula do Polo os docentes transmitirem de forma mecânica a partir da transferência automática dos conteúdos, sob a forma de pequenos trechos, como se fossem recortes extraídos dos livros didáticos, preocupados com o tempo, sem ter suporte para organizarem uma logística dinâmica, prazerosa e atraente para os discentes.

Por esses e outros motivos o município de Anapu tem as notas abaixo da média, os dados mostrados pelo *site* do IBGE, de acordo com os dados do IDEB demonstra a significativa queda da pontuação do ensino fundamental quando aglomera as notas do 6º ao 9º ano com as do 1º ao 5º ano. Essas informações reforçam que os alunos do 6º ao 9º ano não estão tendo uma aprendizagem significativa, diante das dificuldades apresentadas é preciso que muito seja feito para mudar essa realidade especialmente no que diz respeito a formação do professor e as continuidades ao longo da sua carreira profissional.

No entanto o Polo se apresenta como uma importante oferta de ensino para as populações do campo por evitar que os filhos dos agricultores tenham que deixar suas comunidades, embora tenham que se deslocar, muitas vezes longas distancias, para ir estudar em outros locais, essa foi a principal vantagem descrita pelos comunitários, pois esse desligamento das crianças e jovens do seu lugar de

origem acarretam em consequências muito negativas para o campo, que perde força e principalmente para as famílias que se distanciam tão precocemente de seus filhos, netos, irmãos, sobrinhos, afilhados.

A secretaria de educação tem por objetivo solucionar os problemas do Polo através do projeto de nucleação, porém de acordo com as justificativas e objetivos apresentados pelo documento e a experiência que já está sendo vivenciada no assentamento Virola Jatobá, essa alternativa não está em consonância com as mudanças que realmente precisam acontecer na oferta de ensino das escolas do campo.

As políticas de nucleação não tem reciprocidade com o artigo 23 da LDB que ampara aos sujeitos do campo uma oferta de ensino de acordo com a sua realidade, peculiaridades e valorização do campo. O projeto por si só é abstrato e não menciona informações importantes como por exemplo as adequações do transporte escolar que é indispensável na nucleação.

A expansão da nucleação está ocasionando um número absurdo de fechamentos de escolas do campo, desvalorizando o campo e as pessoas que vivem nele. O campo e seus sujeitos, suas populações e comunidades tradicionais, precisam de políticas públicas que valorizem sua heterogeneidade, suas belezas, seu modo de vida, suas peculiaridades, suas virtudes enaltecendo todas as potencialidades dessas localidades. É injusto que essas populações precisem sair de seu lugar de origem para ter acesso a educação de qualidade.

Essas características, que demonstram a diversidade sociocultural, educacional e territorial dos assentamentos devem fazer parte dos processos de planejamento, organização das políticas educacionais, com a participação dos gestores, coordenadores, professores, pais, alunos e as lideranças das localidades para que seja alcançado sucesso tão almejado na educação básica nas escolas do campo e de um modo geral.

Referências

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. e LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** - São Paulo: EPU, 1986.

BRASIL. (Constituição Federal de 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** *Diário Oficial da União*, Brasília, 5 out. 1988. p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 02 de maio 2019.

CURY, C. R. J. **A educação básica como direito.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 134, 2008.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes/** Uwe Flick; tradução: Magda Lopes; revisão técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2013.

HADDAD, Sérgio. **Direito à Educação.** In: CALDART Roseli *et al.* (orgs.) Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. pp. 217 a

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Transgressão do paradigma da (multi)seriação como referência para a construção da escola pública no campo.** Educ. Soc., Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1165-1182, out.-dez. 2014.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Educação do campo, legislação e implicações na gestão e nas condições de trabalho de professores das escolas multisseriadas.** Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0481.pdf> Acesso em 16 de maio de 2019.

LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei das Diretrizes de Bases – LDB**.

Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 02 de maio 2019.

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei das Diretrizes de Bases – LDB**.

Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 17 de junho de 2019.

LIVEIRA, Lia Maria Teixeira.;CAMPOS, Marília. **Educação básica do campo**. In: CALDART *et al.* (orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. pag. 239 a 240.

PAVANI, Greti Aparecida. ; ANDREIS, Adriana Maria. **O processo de nucleação e fechamento de escolas no campo e a luta dos movimentos sociais pela educação do campo**. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária (SINGA) CURITIBA, 1 a 5 novembro de 2017.

SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro e PAZ, Vanilson Oliveira. **Autonomia municipal e a gestão das políticas educacionais a partir da lógica dos sistemas de ensino: perspectivas de criação e implantação no estado do Pará**. 2012, pag. 285.

Secretaria Executiva de Educação. **Estudo diagnóstico do Sistema de Organização Modular de Ensino**. OLIVEIRA, Ester Silva de *et al* (orgs.). Departamento de Ensino Médio, 2000.

SILVA, Sandra Souza da. **O processo de nucleação da Escola Boa Ventura no Assentamento Jacundá no Sudeste do Pará**. 2015, 63 pag. Disponível

em:https://fecampo.unifesspa.edu.br/images/arquivos/TCCs/TCCs_2015/TCC_Sandra-Souza-da-Silva.pdf acesso dia 17 de abril de 2019

